

Patrícia Santos Hansen*

⇒ Sobre o conceito de “país novo” e a formação de brasileiros nas primeiras décadas da República

Resumo: Com muita frequência o Brasil foi qualificado como um “país novo” ou com a alcunha mais conhecida de “país do futuro”. Também nas representações visuais, foi quase um clichê o Brasil ser representado pela figura de uma criança pequena. Na Primeira República (1889-1930), a expressão “país novo” foi apropriada de maneiras significativamente diversas por destacados intelectuais, sinalizando distintas formas de imaginar a nação e, muitas vezes, quase que opostas. O “novo” esteve associado aos sentidos de potencialidade, esperança, futuro, mas também de imaturidade e incompletude.

Este artigo tem como objetivo analisar usos e significados atribuídos ao conceito de “país novo” em alguns textos produzidos no século XIX e início do XX, e algumas de suas implicações nos modos de pensar o passado e o futuro da nação e dos brasileiros.

Palavras-Chave: País Novo; Nação; Educação Cívica; Brasil; Séculos XIX-XX.

Abstract: Brazil has often been qualified as a “new country” or by the very known slogan “land of the future”. Even in visual representations, Brazil being represented by small children figures was almost a *cliché*. At the time of the First Republic (1889-1930), the expression “new country” was appropriated in different ways by some of the most famous brazilian intellectuals, a sign of multiple and distinct ways of conceiving the nation, sometimes almost opposite. The “new” was then associated with potential, hope, future, but also with immaturity and “unfinished”.

This article intends to analyse some uses and meanings given to the concept of “new country”, as some of its deployments on ideas about the past and the future of Brazil and the Brazilians. Its main sources are texts on political and educational matters, published in the 19th century and beginning of the 20th.

Keywords: New Country, Nation, Civic Education; Brazil; 19th-20th Century.

A partir da emancipação política, em 1822, com frequência o Brasil foi referido como um “país novo”. Contudo, esta expressão que poderia referir-se unicamente ao pouco tempo de existência política autônoma, raramente foi utilizada apenas com este sentido. Para além deste, outros significados positivos e negativos foram agregados ao termo “país novo”. A proposta deste trabalho é analisar a modificação nos usos desta

* Patrícia Santos Hansen é Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP) e fez pós-doutorado no Centro de Pesquisa e Documentação em História do Brasil Contemporâneo da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Atualmente é Marie Curie Fellow, integrada como investigadora no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Correio: patriciahansen@ie.ul.pt.

expressão em alguns textos produzidos nas primeiras décadas da República, considerando seus efeitos enquanto um conceito político e social.

Segundo Reinhart Koselleck (1985: 84), os conceitos sociais e políticos possuem “pretensão à generalidade”, “muitos significados substanciais” e carregam, invariavelmente, alguma ambiguidade. Neste artigo, busco inspiração neste autor para pensar o conceito de “país novo”, um conceito polissêmico e ambíguo, que atuou em determinados momentos como “fator” e “indicador” de formas diferentes de imaginar a nação brasileira.

Antônio Cândido foi um dos autores a destacar a importância e recorrência do que ele próprio chamou de uma “noção de país novo”. No ensaio *Literatura e Subdesenvolvimento* (Cândido 1987), apoiou-se na presença daquela noção, identificada em diversos textos, para apontar uma inflexão na produção literária latino-americana que estaria associada a uma mudança de perspectiva por volta de 1930.

O autor considerou que, sendo predominante até 1930, a “noção de país novo” continha a ideia de um país que “ainda não pudera realizar-se, mas que atribuía a si mesmo grandes possibilidades de progresso futuro”. Esta noção salientava “a pujança virtual e, portanto, a grandeza ainda não realizada”. Desde o período colonial, ainda segundo Cândido, estas ideias teriam produzido atitudes fundamentais na literatura,

derivadas da surpresa, do interesse pelo exótico, de um certo respeito pelo grandioso e da esperança quanto às possibilidades. A ideia de que a América constituía um lugar privilegiado se exprimiu em projeções utópicas que atuaram na fisionomia da conquista e da colonização; [...]. No século XVII, misturando pragmatismo e profetismo, Antônio Vieira aconselhou a transferência da monarquia portuguesa para o Brasil, que estaria fadado a realizar os mais altos fins da História como sede do Quinto Império. Mais adiante, quando as contradições do estatuto colonial levaram as camadas dominantes à separação política em relação às metrópoles, surge a ideia complementar de que a América tinha sido predestinada a ser a pátria da liberdade, e assim consumir os destinos do homem do Ocidente (Cândido 1987: 141).

Este legado, segundo o autor, seria transformado pelos intelectuais latino-americanos em instrumento de afirmação nacional, vinculando a ideia de pátria à de natureza e constituindo esta contaminação geralmente eufórica entre a terra e a pátria, em “um dos pressupostos ostensivos ou latentes da literatura latino-americana [...] considerando-se que a grandeza da segunda seria uma espécie de desdobramento natural da pujança atribuída à primeira” (Cândido 1987: 142). Nesse sentido, seguindo o raciocínio do autor, a “noção de país novo” seria uma espécie de desenvolvimento das projeções utópicas sobre o Novo Mundo, a América, ou pelo menos manteria com essas projeções uma relação de continuidade.

Esta análise do campo literário sublinha que a partir de determinado momento a “noção de país novo” seria substituída pela de “país subdesenvolvido”, pois, cada vez mais passava-se a destacar “a pobreza atual, a atrofia; o que falta, não o que sobra” (Cândido 1987: 140). Nessa perspectiva, são identificadas duas fases na produção literária latino-americana: a primeira caracterizada por uma “consciência amena do atraso”, a segunda por uma “consciência aguda do atraso”.

No Brasil, com a difusão do ideário republicano e, principalmente, após a proclamação da república em 1889, as expectativas positivas em relação à mudança de regime reforçariam as noções de novo, de começo, de moderno e de aproximação com os outros

países novos da América, favorecendo a proliferação de representações do Brasil com esse sentido e provocando notáveis mudanças na forma de conceber a nação.

No campo das imagens, representações dos países da América utilizando a figura da criança expressam de forma bastante eloquente algumas das ambiguidades presentes nas ideias a respeito dos países novos, as quais também misturam-se ao conflito entre perspectivas otimistas e pessimistas que marca o debate sobre a questão nacional no Brasil.

O novo nem sempre tem valor positivo, como demonstram as charges nas quais países da América Latina, inclusive o Brasil, estão representados como crianças vestidas com uniformes escolares recebendo lições do Tio Sam. Esse é o tema de charges publicadas em periódicos norte-americanos e brasileiros no início do século XX, com a diferença de que nas representações norte-americanas com frequência os países da América Latina são crianças negras, enquanto nas charges brasileiras são sempre brancas.

Apesar de ser um país novo do ponto de vista temporal/histórico, os Estados Unidos não poderiam estar representados pela figura de uma criança, uma vez que naquele contexto o uso desta imagem servia justamente para destacar sua diferença e hierarquia em relação aos países da América Latina. Nas charges americanas, as representações da América Latina ou dos latino-americanos somavam à condição de infantilidade uma sugerida inferioridade racial, na medida em que eram imaginados como crianças negras ou miscigenadas com traços estereotipados (Feres Jr. 2005). Porém, mesmo nas charges brasileiras, a presença marcante da figura professoral significando a autoridade tutelar do Tio Sam, se sobrepõe aos sentidos positivos que podiam estar contidos na simbologia da criança na escola, como o do progresso advindo da educação, por exemplo (Lima 1963).

Já no pólo oposto destas representações situa-se o quadro *A Pátria*, de Pedro Bruno, (1919), no qual a presença de muitas crianças inspira esperança no futuro do país. A pintura que representa a confecção de uma enorme bandeira do Brasil foi analisada por José Murilo de Carvalho que destacou que a grande presença de mulheres devia-se à forte influência positivista. Segundo este autor, o quadro é “uma exaltação tanto à bandeira e à pátria quanto ao papel moral da mulher na educação dos filhos e no culto dos valores morais da família e da pátria. [...] A presença masculina limita-se a um velho quase escondido no canto direito. [...] Ainda como traço positivista, há um retrato de Tiradentes pregado na parede” (Carvalho 1990: 119-121).

Esta interpretação cujo propósito era investigar o imaginário da “república-mulher”, não tratou, naturalmente, da também numerosa presença de crianças representadas em igual número às mulheres. Mesmo a divisão das figuras em diferentes planos corrobora fortemente a percepção do protagonismo infantil no quadro que, pode-se dizer, possui elementos alegóricos.

Passemos à descrição. No primeiro plano estão duas crianças. Um pouco à direita do centro, em pé, uma criança sem indicação clara do sexo, porém aparentando ser um menino, abraça uma parte da bandeira à qual já foram bordadas algumas estrelas e olha diretamente para o espectador. Mais um pouco à direita e abaixo, um bebê deitado ao chão num travesseiro e coberto pela bandeira, segura com as duas mãos uma estrela e olha para ela com curiosidade e atenção. Estas me parecem ser as duas figuras principais do quadro. No segundo plano, três jovens mulheres estão sentadas trabalhando na confecção da bandeira e outra em pé segura um bebê ao colo. As duas primeiras estão junto a uma porta por onde entra a claridade que ilumina a cena. A primeira, sentada mais à esquerda do quadro, parece ter feito uma pausa para amamentar um bebê e continua com

uma ponta da bandeira ao colo. A segunda está costurando uma estrela à bandeira. A terceira e a quarta estão mais à direita e atrás da figura central da criança. Uma delas também trabalha em uma estrela e a outra beija carinhosamente o seu bebê. Finalmente, no terceiro plano, ao fundo e na parte mais escura do quadro, vemos da esquerda para a direita e sem muita nitidez devido à sombra, uma senhora de cabelos brancos trabalhando numa ponta da bandeira, alguns quadros na parede entre os quais um retrato de Deodoro da Fonseca, o marechal que proclamou a república, e uma representação da execução de Tiradentes, o mártir-herói do regime republicano, uma estátua de Nossa Senhora sobre o móvel e sentado na parte mais escura e à direita do quadro, um velho.

A distribuição das figuras de diferentes idades em três planos simboliza claramente passado, presente e futuro, assumindo este último a maior evidência. A simbologia das estrelas e os bebês quase que se confundem, estando as jovens mulheres e mães do segundo plano ocupadas ou com um bebê ou uma estrela. O passado histórico, e os antepassados, encontram-se literalmente nas sombras, é o que menos parece ter importância nesta representação da Pátria na qual sobressaem as crianças, em particular a que abraça a bandeira e interpela o espectador com o olhar.

Além desse exemplo, e sem me alongar mais, vale citar também o conto “Evolução” de Machado de Assis, publicado em 1884, que já mereceu uma interessantíssima interpretação de Nicolau Sevcenko. Neste conto, a personagem de um engenheiro chamado Inácio, em conversa com o cafeicultor e candidato a deputado Benedito, profere a seguinte frase que será apropriada pelo seu interlocutor e utilizada em seu discurso de posse: “Eu comparo o Brasil a uma criança que está engatinhando, só começará a andar quando tiver muitas estradas de ferro” (*apud* Sevcenko 2003: 303-318).

Em suma, a metáfora da criança emprestou significados múltiplos e ambíguos aos países novos. Significados positivos como: potencialidades, evolução, abertura para o novo, esperança, progresso. Ou depreciativos como: imaturidade, incompletude, subordinação. No caso das representações textuais, ideias como essas contidas no conceito de país novo permitiram a construção de diferentes imagens do Brasil e atuaram de maneira subjacente aos projetos de nação então formulados.

Tomemos como ponto de partida a expressão mais conhecida dessa ideia de “país novo”: o ufanismo. Criado a partir do livro *Porque me ufano de meu país* de Afonso Celso¹, publicado em 1901 por ocasião das comemorações do quarto centenário do Descobrimento, o vocábulo “ufanismo” é definido nos principais dicionários da língua portuguesa como “orgulho exacerbado da pátria”, “patriotismo excessivo”², ou ainda como “atitude, posição ou sentimento dos que influenciados pelo potencial das riquezas brasileiras, pelas belezas naturais do país, etc., dele se vangloriam, desmedidamente”³.

¹ Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (1860-1938) nasceu em Ouro Preto, Minas Gerais. Filho do Visconde de Ouro Preto, último presidente do Conselho de Ministros do Império, formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1880. Foi quatro vezes deputado geral por Minas Gerais. Na Assembléia Geral exerceu as funções de 1º. Secretário. Com a proclamação da República, em 1889, abandonou a política e acompanhou o pai no exílio, que se seguiu à partida da família imperial para Portugal. Foi elevado à condição de Conde Romano em 1905. Dedicou-se ao magistério e ao jornalismo. Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1892 e em 1912 foi eleito presidente perpétuo dessa instituição. Foi também um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras e deixou uma vasta obra.

² *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2001).

³ *Novo Aurélio Século XXI* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, 3.ed.).

Para Antônio Dimas, o livro acabaria por se tornar “sinônimo de otimismo irracional e emblema de um nacionalismo pegajoso, porque pregava uma adesão irrefletida ao país, ao mesmo tempo em que desenterrava uma retórica grandiloqüente e romântica, erroneamente dada já como sepulta pelo cientificismo que conhecêramos a partir de 1870” (Dimas 1994: 542).

Os significados mais frequentemente atribuídos ao termo ufanismo destacam sempre os componentes de “exacerbação” ou “desmesuramento”, traços sem dúvida alguma legados pelo tom hiperbólico no qual o *Porque me ufano* foi escrito. Pois, ainda que Afonso Celso tenha se preocupado em apontar, nas suas próprias palavras, “sólidas e convincentes razões”, pelas quais o amor à pátria não seria “irrefletido e cego, e sim raciocinado, robustecido pela observação”, o seu exagero em querer afirmar a “superioridade do Brasil” em todos os aspectos é patente.

Em síntese, pode-se dizer que a noção do Brasil como um país novo se apresenta no livro de Afonso Celso de duas maneiras: na referência ao país como “a melhor porção do Novo Mundo” e na atribuição dos avanços dos países europeus à “idade”.

Citando o cronista colonial Sebastião da Rocha Pita, autor da *História da América Portuguesa*, para afirmar que “do novo mundo é a melhor porção o Brasil”, Afonso Celso remete aos motivos apontados pelo cronista para tal afirmação: “felicíssimo terreno, em cuja superfície tudo são frutas, em cujo centro tudo são tesouros, em cujas montanhas e costas tudo são aromas” (*apud* Celso 1901: 15). Este trecho faz ecoar de maneira bastante explícita alguns dos clichês que caracterizam a visão edênica da América.

Em *Visão do Paraíso* (2000), Sérgio Buarque de Holanda, investigando o motivo edênico à época dos descobrimentos, apontou um outro sentido do “Novo Mundo” que não o de recém-descoberto, e que parece persistir como um dos componentes da ideia de “país novo”, inferida do texto de Afonso Celso. Nas palavras do historiador:

Ganha com isso o seu significado pleno aquela expressão ‘Novo Mundo’, que o próprio descobridor esteve na iminência de empregar e que o humanista de Anghiera cunharia, antes mesmo de Vespúcio, para designar as terras descobertas. Novo não só porque, ignorado, até então, das gentes da Europa e ausente da geografia de Ptolomeu fora ‘novamente’ encontrado, mas porque parecia o mundo renovar-se ali, e regenerar-se, vestido de verde imutável, banhado numa perene primavera, alheio à variedade e aos rigores das estações, como se estivesse verdadeiramente restituído à glória dos dias da Criação.

Assim pensaria os primeiros viajantes ou cronistas das Índias Ocidentais. Assim dirá, passado quase meio século depois do descobrimento, certo discípulo espanhol de Tomás Moro, [...]. ‘Porque não é em vão, mas com muita causa e razão’, escreve, de fato, Vasco de Quiroga, em 1535, ‘que isto aqui se chama Novo Mundo, e não por se ter achado há pouco tempo, senão porque é em gentes e em tudo como foi aquele da idade primeira e de ouro [...]’ (Holanda 2000: 254).

Já a respeito do *Porque me ufano do meu país*, como notou Dimas, Afonso Celso repôs “em trânsito um tipo de discurso laudatório amplamente utilizado pelos românticos e cuja raiz primeira pode ser entrevista na literatura informativa dos cronistas da nossa Descoberta, aquela que insistia em edenizar a terra nova, em contraste flagrante com a decrepitude do Velho Mundo” (Dimas 1994: 542).

De fato, o contraste feito à época dos descobrimentos e do início da colonização entre a “idade do ouro” em que se encontrava o Novo Mundo, e a decadência do Velho

Mundo, parece continuar a repetir-se na comparação entre o Brasil e o Velho Mundo como aparece no livro de Afonso Celso. Voltando as suas palavras: “A natureza aqui nunca se esgota ou descansa. Em criação incessante e infinita, tira da própria morte, dos troncos caídos, das folhas secas, novos elementos de vida” (Celso 1901: 33). Ou ainda,

privilegiado da Providência, não registra a sua história uma só dessas terríveis catástrofes, comuns a quase todos os povos, quer na ordem material, quer na moral. [...] Não há ciclones, como nos Estados Unidos, inundações, como na Espanha, fomes e pestes prolongadas, como em tantos pontos da Europa e da Ásia. [...] De terremotos não se aponta notícia, nem vestígio. Vulcões, nem apagados, nem traços de extintos (Celso 1901: 60).

Já em referência ao significado temporal de país novo, diz o mesmo autor:

Outros povos apenas se avantajam ao nosso naquilo que a idade secular lhes conquistou. O Brasil poderá tornar-se o que eles são. Eles nunca serão o que é o Brasil. [...] educação, o aperfeiçoamento, hão de vir. Somos ainda uma aurora. Chegaremos necessariamente ao brilho e ao calor do meio dia (Celso 1901: 200).

Desse modo, ao ressaltar a importância daquilo que o Brasil possuía graças à Providência divina, a “vantagem” temporal dos países europeus poderia ser relativizada. Pois, se o passado havia permitido maior progresso dos povos europeus, o presente dava provas da decadência dos países do Velho Mundo:

Penosíssima embora a situação atual, é incomparavelmente mais auspiciosa que a da Grécia, a da Itália, a de Portugal, a da França mesmo. [...] Quão menos grave que a dos Estados europeus! Neste, a população emigra; naquele decresce cada dia. Vive condenada em todos a não largar as armas, minada pela miséria, dividida por ódios implacáveis, explorada pelo argentarismo, ameaçada pelos anarquistas (Celso 1901: 202).

Afonso Celso minimizava excessivamente, quando não ignorava, os graves problemas nacionais, sempre exagerando no otimismo. Há que se notar que a realização de um destino grandioso parecia depender muito pouco dos brasileiros, o que demonstra a fraqueza de seu livro do ponto de vista de um projeto cívico. Na verdade, o resultado visto como evidente a partir de uma constatação das riquezas naturais, seria alcançado com a ajuda de Deus:

Confiemos. Há uma lógica imanente: de tantas premissas de grandeza só sairá grandiosa conclusão. Confiemos em nós próprios, confiemos no porvir, confiemos, sobretudo, em Deus que não nos outorgaria dádivas tão preciosas para que as desperdiçássemos esterilmente. Deus não nos abandonará. Se aquinhoou o Brasil de modo especialmente magnânimo, é porque lhe reserva alevantados destinos (Celso 1901: 202).

Ainda no que diz respeito ao legado deixado pela concepção da América enquanto “Novo Mundo”, ao conceito de “país novo”, é importante sublinhar que a partir dos movimentos latino-americanos de emancipação política, “país novo” passava a significar também “ex-colônia”, ou seja, designava países nascidos do jugo e exploração estrangeiros. Nessa perspectiva, alguns autores acusaram a permanência de “vícios” e de “velhos elementos psíquicos” no caráter das “novas nacionalidades”.

Nas palavras de Manoel Bomfim⁴, num texto de 1904:

O regime parasitário sob o qual nasceram e viveram as colônias da América do Sul influiu naturalmente sobre o seu viver posterior, quando já emancipadas. Há no caráter das novas nacionalidades uma série de qualidades – vícios – que são o resultado imediato desse mesmo regime imposto pelas nações ibéricas. Essas qualidades traduzem a influência natural do parasita sobre o parasitado, influência constante, fatal mesmo, nos casos de parasitismo social, máxime quando o parasitado procede diretamente do parasita, quando é gerado e educado por ele (Bomfim 1993: 121).

Para Alberto Torres, que escreveu uma década depois:

Se a destruição das velhas bases da ordem política vai favorecendo, por toda a parte, mercê da imprevidência dos diretores da sociedade, a implantação de uma hierarquia argentária, esta tendência será ainda superexcitada, nos países novos, pelo velho elemento psíquico que dominou a primitiva colonização e que inspira os povoadores de hoje. A isto, o gosto pela imitação dos costumes superficiais das sociedades adiantadas, que é a concepção vulgar da civilização, acrescenta os estímulos do amor ao conforto exagerado, ao luxo, às ostentações da vaidade (Torres 1914: 97).

Em oposição aos conteúdos edênicos, embutidos na versão ufanista da noção de país novo, apropriações mais críticas do conceito reforçaram o sentido de incompletude e de atraso. Estas ideias referentes aos países novos também não foram uma novidade da república, e se apresentam nas réplicas que apareceram aos que sempre exageraram nas supostas promessas contidas nos recursos naturais do país.

Em meados do século XIX, ao defender medidas para a consolidação do Estado Imperial, Francisco Adolfo de Varnhagen havia argumentado:

Acabemos pois com as adulações, que elas, longe de fomentar o patriotismo, ocasionam a incúria e o desleixo. Se acaso censurais ou lamentais este ou aquele vício na administração, este ou aquele cancro consumidor do país, nunca faltará uma voz que vos diga: ‘Ora! O país é grande: temos muitos recursos: no futuro seremos e aconteceremos etc.’ – Desgraçados! E que havemos de ser, se não pomos de nossa parte os meios? – Quereis natureza tão fecunda como a nossa? – Aí tendes a Guiné, aí tendes a maior parte da Ásia... E que valem esses países? Nada, quando seus habitantes para isso nada concorrem. Por ventura a natureza portentosa do Brasil já não era a mesma na época do descobrimento? – E que era o Brasil com seus indígenas? – O mesmo que seria daqui a três séculos se desde hoje nos votássemos todos ao abandono... Por tanto atividade, ordem e governo, e nada de adulações que vexem a modesta pátria! Pela nossa parte quando ouvimos proferir grandes elogios à prosperidade do Império, uma dor profunda se apodera de nós, vendo o que ele é, e o que podia, - ou devia ser. Logo

⁴ Manoel Bomfim (1868-1932) nasceu no Sergipe, filho de uma família de proprietários de engenho. Fez faculdade de medicina e concluiu seus estudos no Rio de Janeiro em 1890. Casou-se e mudou para o interior de São Paulo onde montou uma clínica. Após a morte de uma filha abandonou a medicina e retornou ao Rio de Janeiro, passando a dedicar-se integralmente à educação. Foi diretor da Escola Normal, onde também atuou como professor de Educação Cívica, diretor da Instrução Pública Municipal, da Instrução Pública do Distrito Federal e do *Pedagogium*. Foi também um dos fundadores da revista *O Tico-Tico* e escreveu diversos livros de pedagogia, educação, psicologia, manuais escolares e ensaios de caráter histórico e sociológico.

nos vem à idéia de que sendo o Brasil maior que 250 Bêlgicas juntas, produz uma receita menor do que o reino politicamente mais insignificante da Europa (Varnhagen 1850: 1-2).

A existência de muitos recursos naturais não foi posta em questão, contudo, a gestão deles, ou a capacidade dos brasileiros para bem aproveitá-los, foi questionada inúmeras vezes.

O próprio Afonso Celso não ignorou o tema da alegada inadequação do povo, e entendeu ser necessário afirmar que a natureza não constituía o “exclusivo e principal título de vanglória” do Brasil, mas também a “nacionalidade” deveria ser motivo de orgulho. Ressalva necessária na medida em que vigoravam, com grande credibilidade, visões pessimistas acerca do brasileiro baseadas nas teorias racistas em voga.

Na passagem do século XIX para o XX, a degeneração tropical e racial eram temas dominantes nos trabalhos científicos. Após a Abolição, a ciência foi cada vez mais usada para determinar em que medida a “natureza” poderia limitar “a igualdade social e política da nova república em relação aos negros e mulatos”. Segundo Nancy Stepan, o médico Raimundo Nina Rodrigues, divulgaria a partir de 1890 uma antropologia centrada na questão da raça e fundamentada nas novas técnicas da antropometria. Este que seria um dos principais expoentes do racismo científico, “era quase tão pessimista em sua visão quanto os mais inflexíveis críticos do Brasil. Seus estudos antropológicos revelaram-lhe não uma nação-em-construção branca, ‘civilizada’, mas um país complexo, multirracial, heterogêneo, que não forjara nenhum tipo étnico singular e estável, e cujo futuro previsível era etnicamente negro” (Stepan 2005: 54).

O próprio tom de Afonso Celso ao comentar a alegada inferioridade do brasileiro, era de réplica. Nos parágrafos iniciais do seu livro, ressaltava defensivamente:

Ousa afirmar muita gente, que ser brasileiro importa condição de inferioridade. Ignorância, ou má fé! Ser brasileiro significa distinção e vantagem. Assiste-vos o direito de proclamar, cheios de desvanecimento, a vossa origem, sem receio de confrontar o Brasil com os primeiros países do mundo. Vários existem mais prósperos, mais poderosos, mais brilhantes que o nosso. Nenhum mais digno, mais rico de fundadas promessas, mais invejável (Celso 1901: 4).

Já no capítulo em que trata dos “nobres predicados do caráter nacional”, contestava alguns dos argumentos das correntes científicas que condenavam o brasileiro: “O brasileiro fisicamente não é um degenerado. Notam-se muitos de estatura elevada, vigor e agilidade pouco vulgares. Quanto ao seu caráter, ainda os piores detratores não lhe podem negar” (Celso 1901: 85).

A lista de qualidades do tipo nacional era longa e demonstra o esforço para justificar ou atenuar alguns dos atributos presentes nos argumentos dos “detratores” da nacionalidade que, quando aparecem, são em razão do excesso de algum aspecto positivo e por isso compensados: “sentimento de independência levado até a indisciplina”; “hospitalidade”; “afeição à ordem, à paz, ao melhoramento”; “paciência e resignação”; “doçura, longanimidade, desinteresse”; “escrúpulo, no cumprimento das obrigações contraídas”; “espírito extremo de caridade”; “acessibilidade que degenera, às vezes, em imitação do estrangeiro”; “tolerância; ausência de preconceitos de raça, religião, cor, posição, decaindo mesmo em promiscuidade”; “honradez no desempenho de funções públicas ou particulares”.

Mesmo a proverbial indolência do brasileiro não era negada, mas justificada pelo autor:

Já desapareceu a principal causa de algumas tendências más do nosso meio; a escravidão. ‘O povo brasileiro é demasiado indolente para ser mau’ — escreveu alguém. Sem dúvida a nossa terra ubérrima, as facilidades da vida, dispensam entre nós grande diligência e esforço (Celso 1901: 87).

Se os atributos da nacionalidade estavam incluídos entre os “motivos de superioridade do Brasil”, ainda assim o autor acabava por se fiar nas características naturais do país como único aspecto capaz de suscitar a “inveja” de outros povos.

Porém, se o otimismo incondicional, ufanista, com ênfase na natureza, conduziria a uma atitude passiva e contemplativa do homem brasileiro; o pessimismo fatalista, com ênfase exclusiva na degeneração do homem, levaria ao conformismo e ao desprezo pelos compatriotas, vistos como inaptos ao exercício da cidadania. São, portanto, posições absolutamente diversas, mas que dão origem a dois dos mais conhecidos estereótipos acerca do Brasil e dos brasileiros.

Nesse sentido, me parece válido observarmos a existência de outras formas de imaginar a nação brasileira durante a Primeira República, além daquelas usualmente classificadas como otimistas ou pessimistas, entre as quais destaco aqui a que me parece mais recorrente nos textos dos intelectuais mais engajados na causa da educação nas duas primeiras décadas do século XX.

Tomo como ponto de partida Olavo Bilac⁵, que teve seu poema “A pátria”, transformado num dos exemplos mais citados do ufanismo literário.

Ama, com fé e orgulho, a terra em que nasceste!
Criança! Não verás nenhum país como este!
Olha que céu! Que mar! Que rios! Que floresta!
A natureza, aqui, perpetuamente em festa,
É um seio de mãe a transbordar carinhos.
Vê que vida há no chão! Vê que vida há nos ninhos,
Que se balançam no ar, entre os ramos inquietos!

⁵ Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac (1865-1918) nasceu no Rio de Janeiro, filho de um cirurgião do Exército. Estudou na Capital e chegou a tentar as faculdades de Medicina e de Direito em São Paulo. Dedicou-se desde cedo ao jornalismo e à literatura. É conhecido principalmente por sua obra poética, mas também produziu contos, crônicas e livros escolares e literatura infantil. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e teve intensa participação na política e em campanhas cívicas, das quais a mais famosa foi a Liga de Defesa Nacional, fundada em 1916, em favor da instrução pública e do serviço militar obrigatório. É o autor da letra do Hino à Bandeira. Em 1891, foi nomeado oficial da Secretaria do Interior do Estado do Rio e, em 1898, inspetor escolar do Distrito Federal. Foi também delegado em conferências diplomáticas e, em 1907, secretário do prefeito do Distrito Federal. Sua obra poética enquadra-se no Parnasianismo e, de acordo com Alexei Bueno na introdução da *Obra Reunida*, “o ‘caso’ Olavo Bilac, na história da poesia nacional, cobre, ao menos sob o aspecto biográfico, um período de trinta anos, entre a publicação das Poesias em 1888, e a morte de seu autor, em 1918, poucos meses após o fim da Grande Guerra e de todo um período da mentalidade ocidental. O que chamamos de ‘caso’ Bilac, e que se situa na complexa fronteira estético-sociológica, é o do poeta que, em toda a história de nossa literatura alcançou o maior prestígio e a mais alta identificação popular jamais registrada, em plena vida e por um período duradouro” (Bueno 1996: 15).

Vê que luz, que calor, que multidão de insetos!
 Vê que grande extensão de matas, onde impera
 Fecunda e luminosa, a eterna primavera!
 Boa terra! Jamais negou a quem trabalha
 O pão que mata a fome, o teto que agasalha...
 Quem com o seu suor a fecunda e umedece,
 Vê pago o seu esforço, é feliz, e enriquece!
 Criança! Não verás país nenhum como este:
 Imita na grandeza a terra em que nasceste! (Bilac 1996: 339).

De fato não se pode negar o ufanismo do poema. Mas é necessário destacar uma diferença fundamental entre os tipos de patriotismo fomentados pelas obras de Olavo Bilac e de Afonso Celso. Não apenas o trecho final do poema citado aponta o trabalho como condição de riqueza, ainda que numa perspectiva muito ingênua, mas o texto “A pátria” deve ser considerado no contexto do livro *Poesias Infantis*. Analisados em conjunto, os poemas do livro tratam de valores e atitudes diversos e complementares, os quais deveriam se associar ao ufanismo na configuração de um projeto cívico e civilizador, cujo eixo encontra-se na formação de um homem novo, possuidor de uma nova sensibilidade ligada ao ideário burguês e liberal.

Ao que me parece, opera aqui de modo subjacente uma outra forma de imaginar a nação, que será mais explícita em alguns dos textos “sérios” do próprio Bilac, assim como em textos de outros autores contemporâneos. Esta forma pode ser encontrada em um outro significado que começava a ser associado ao conceito de “país novo”: o de um país “em que tudo ainda está por fazer”.

O conceito de “país novo”, adquirindo significados conferidos pelos textos de intelectuais da Primeira República, tornou-se ao mesmo tempo um “fator” na representação e consecução dos projetos aos quais estava vinculado, e um “indicador” das formas de imaginar a nação brasileira nas quais se inscreviam tais projetos.

Na realidade, não podendo deixar de ser mais ou menos otimistas sob risco de jogar por água abaixo o projeto em questão, os próprios autores procuraram por vezes esclarecer sua posição em relação ao debate que radicalizava a oposição entre as perspectivas conflitantes já mencionadas.

Em sua palestra no Ginásio Granbery em 1909, afirmou Bilac:

Falemos um pouco do patriotismo, e procuremos defini-lo com precisão, porque não há talvez sentimento que, como esse, possa ser deturpado por uma falsa compreensão da idéia ou do vocábulo.

Há um patriotismo mal pensado, que pode ser funesto à pátria e ao patriota [...].

Refiro-me a um falso patriotismo, a que darei o nome preciso de ‘megalomania patriótica’, perigosa exacerbação do orgulho nacional, [...].

Desse falso patriotismo, o mais freqüente sintoma é a vaidade condenável com que alguns dizemos habitualmente: ‘este país é o mais rico do mundo!’; - como se, em primeiro lugar, a riqueza natural bastasse para dar invejável glória a um país, e como se, além disso, a experiência nos não estivesse mostrando claramente a inanidade absoluta de tal orgulho! [...]

As nossas apregoadas riquezas jazem escondidas quase todas no seio escuro da terra; existem, mas é como se não existissem, porque ninguém as vê, ninguém as aproveita, ninguém as vai arrancar dos veios recônditos em que dormem. [...] Não nos deixemos possuir de orgulhos vãos, mas também não nos deixemos invadir dessa desmoralizadora enfermidade do

pessimismo, a que Carlyle deu a perfeita classificação nosológica de ‘paralisia moral’. O pessimismo, ‘atrofia crônica da alma’, é um criador de títeres, quando não de escravos. [...]

O verdadeiro patriotismo [...]. É sim, um amor elevado e austero, que reconhece os defeitos da pátria – não para amaldiçoá-los ou para rir deles, mas para perdôá-los, estudá-los e corrigi-los; é um amor que se enraíza mais no meio moral do que no meio físico, [...] (Bilac 1996: 681-693).

Dirigindo-se a estudantes, Bilac ressaltava a esterilidade da “megalomania patriótica” que tendia a estimular a contemplação, ao invés do trabalho. Desculpando a divulgação de uma “ilusão animadora” mas não “excessiva” entre as crianças, o autor afirmava a necessidade da ação para descobrir e explorar os recursos da terra e, assim, produzir riqueza. Em outras palavras, procurava estimular no seu público a consciência do próprio papel na realização da grandeza da pátria.

Em um livro escrito para as escolas, Afrânio Peixoto⁶ procurou situar-se entre as duas perspectivas em jogo:

Os brasileiros oscilam, ordinariamente, entre um desenganado pessimismo e um otimismo ridículo. [...] E nem as lamúrias de uns, nem os lirismos dos outros, produzem nada. Pareceu, pois, ao autor, novidade útil, escrever para as crianças de sua terra um livro sincero, sem reservas nem veemências, no qual procurasse sobre os problemas essenciais da nossa nacionalidade, dizer-lhes verdades necessárias (Peixoto 1916: 1-2).

De acordo com Mônica Pimenta Velloso, Afrânio Peixoto, importante crítico da tese da insalubridade e degeneração tropical, ao argumentar em *Minha terra e minha gente* “que a raça e o clima não constituíam empecilho ao desenvolvimento, apontava uma visão positiva da nacionalidade” (2003: 356). Apesar disso, marcava sua diferença em relação ao tom puramente laudatório de Afonso Celso na medida em que recorria ao instrumental da ciência.

Médico e professor da Faculdade de Medicina, Peixoto possuía indiscutivelmente mais autoridade que Afonso Celso para argumentar contra as acusações de insalubridade do clima e de inferioridade racial do brasileiro. Nas suas próprias palavras:

na bacia do Amazonas, cujas imensas florestas mal se começam a conhecer; matas profundas e sombrias que, se ocultam grandes reservas e provisões naturais, possuem também miasmas e são difíceis de ser conhecidas e aproveitadas.

Isto tem feito os europeus proclamarem a insalubridade dos climas quentes, como se fora uma condição inevitável. Aliás, eles são propensos a difamar todas as regiões do mundo fora da

⁶ Júlio Afrânio Peixoto (1876-1947) nasceu na Bahia. Foi para Salvador onde cursou a Faculdade de Medicina, formando-se em 1897. Em 1902 mudou-se para o Rio de Janeiro, onde foi inspetor de Saúde Pública e Diretor do Hospital Nacional de Alienados. Foi também professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, diretor da Escola Normal do Rio de Janeiro, diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, deputado federal pela Bahia, professor de História da Educação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro e reitor da Universidade do Distrito Federal, em 1935. Atuou como médico legista, político, professor, crítico, ensaísta, romancista e historiador literário. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1910, na sucessão de Euclides da Cunha. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia das Ciências de Lisboa; da Academia Nacional de Medicina Legal e do Instituto de Medicina de Madri.

Europa; [...]. O homem dificilmente poderia viver nos trópicos: se o calor e a umidade não o impedissem, haviam de impedi-los as doenças, que, por isso eles chamaram doenças tropicais.

Essas doenças não existem. A febre amarela [...] e outras, não são peculiares a nenhum clima, senão àquelas regiões cujos naturais não sabem ou não podem combater-las. [...]

Entretanto, se assim é, se o clima quente não tem doenças próprias que se não possam evitar, produz, com o calor e umidade prolongados, vários males ao organismo humano. A indolência tão acusada a muitos brasileiros é devida ao clima: compreende-se que produzindo calor o movimento, repugna ao organismo aumenta-lo ainda mais, quando já recebe tanto do exterior. O trabalho que é uma necessidade nos climas enregelados [...], aqui é penoso, em certas ocasiões, porque agrava uma condição preexistente.

Será preciso o estímulo da necessidade e, principalmente um regime alimentar adequado [...]

As condições de clima não impedem nem o trabalho, nem a vida do homem. [...] O que lhe será preciso é adaptar-se, inteligentemente, ao meio em que vai viver (Peixoto 1916: 204-211).

Manoel Bomfim, conhecido apologista da Educação, já havia comentado num texto de 1904 o quadro que alimentava o pessimismo de muitos e servia para justificar as ambições imperialistas. Numa perspectiva que desloca para a história a explicação do atraso dos países latino-americanos, contestou a condenação imposta aos trópicos pelo “mundo civilizado”, a qual, segundo ele, apenas expressava os interesses disfarçados de uma “sociologia da cobiça”:

A massa geral da população, formada e nutrida por essa cultura intensiva da ignorância e da servidão, não tem estímulos, nem desejos, nem necessidades definidas, acima dos apetites da baixa animalidade; ignora tudo, não sabe trabalhar, não vê beleza, nem interesse no trabalho, nada a convida a isto; inteiramente nula para o progresso, é facilmente aproveitada pela caudilhagem nas más aventuras e assaltos políticos. [...]

O resultado desse passado recalcitrante é esta sociedade que aí está; pobre, esgotada, ignara, embrutecida, apática, sem noção do próprio valor, esperando dos céus remédios à sua miséria, pedindo fortuna ao azar – loterias, jogo de bichos, romarias, ‘ex-votos’; analfabetismo, incompetência, falta de preparo para a vida, superstições e credences, teias de aranha sobre inteligências abandonadas [...]

De tudo isto resulta, mesmo para os mais esclarecidos, um pessimismo doloroso, um ceticismo negativista e triste, contra o qual não prevalecem entusiasmos, nem ideais, nem sonhos de sacrifícios generosos [...]

O mundo civilizado nos acabrunha com o seu desprezo, e nos condena sumariamente. É iníquo, porque, em verdade, esse passado horrendo e tenaz que nos persegue não fomos nós que o preparamos; somos antes as vítimas. [...] Daí, pretende a sociologia da cobiça, que somos *incapazes*, essencialmente inferiores, refratários ao verdadeiro progresso. Estes conceitos só nos devem impressionar pela ameaça que contêm, e não pelo seu mérito científico, nem para que duvidemos do futuro e de nós mesmos (Bomfim 1993: 327-329).

Note-se que essa visão não é pessimista. Mas tampouco se apresenta como o otimismo ingênuo, incondicional e contemplativo, que superestimava o papel dos recursos naturais do país. Trata-se de um otimismo relativo, que tem por condição a realização de um projeto cívico. O principal componente do amor à pátria deixava de ser o orgulho e o deslumbramento com seus dons naturais e passava a ser o esforço para o conhecimento de seus recursos e o labor motivado pelos objetivos de engrandecimento e progresso nacional.

Porém a visão da natureza não só é sensivelmente diferente naquelas duas concepções de país novo, como também se relaciona com diferentes temporalidades remetidas pelo conceito.

Afonso Celso, por um lado, atualizava a visão edênica do país, enfatizando o conteúdo semântico herdado do conceito de Novo Mundo e explicando o atraso do país pelo fato de que, sendo de história recente, o passado do Brasil seria curto em relação ao dos países do Velho Mundo. Isso, contudo, não impedia o autor de destacar o seu progresso: “Somos, a despeito de tudo, tão adiantados como os países de condições análogas às nossas, ou mesmo mais do que eles; ocupamos o terceiro lugar entre os da raça latina, só contando acima de nós a França e a Itália” (Celso 1901: 86).

Por outro lado, chegando a uma conclusão praticamente oposta sobre o progresso dos países novos, Manoel Bomfim afirmava que:

Efetivamente, os povos sul-americanos se apresentam, hoje, num estado que mal lhes dá direito a ser considerados povos civilizados. Em quase todos eles, em muitos pontos do Brasil inclusive, a situação é verdadeiramente lastimável. Nações novas deveriam progredir como cem, enquanto as antigas e cultas progridem como cinqüenta; só assim lograriam alcançá-las e gozar todos os benefícios que se ligam às civilizações adiantadas. No entanto, marcham lentamente, como dez, isto é, retardam-se, distanciam-se cada vez mais da civilização moderna. E todos sofremos os efeitos deste retardamento. Há casos em que, num estado de relativa barbaria, os povos podem ser felizes: quando, por isolados, não chegam a sentir os efeitos da sua inferioridade; esta não existe quase. Mas, no nosso caso, participando diretamente da civilização ocidental, pertencendo a ela, relacionados diretamente, intimamente a todos os outros povos cultos, e sendo ao mesmo tempo dos mais atrasados, e por conseguinte dos mais fracos, somos forçosamente infelizes (Bomfim 1993: 49-50).

Portanto, no sentido inverso ao da “noção de país novo” presente no *Porque me ufano* em que a garantia para o progresso do país já estava dada desde uma origem imemorial pela Providência Divina, autores que enfatizavam aquilo “que ainda estava por fazer” operavam com um conceito no qual a principal referência era o futuro a ser construído pelos próprios brasileiros. Este significado do conceito de “país novo” abria espaço para que os intelectuais, procurando construir uma nova realidade, atribuíssem às novas gerações o papel de fatores da futura grandeza nacional.

No âmbito dos textos analisados em minha pesquisa sobre a formação cívica dos brasileiros após a República, pude constatar que o conceito de “país novo em que tudo ainda está por fazer” foi utilizado pela primeira vez em 1904, e se coaduna com o sentido do “progresso”, palavra-chave do republicanismo no Brasil. Entre as principais medidas tomadas em seu nome, figuram aquelas que geraram o movimento ocorrido inícios do século XX, cujo ápice foi a famosa reforma que alterou a fisionomia urbana da Capital Federal, mas que desencadeou também inúmeras ações em nome da civilização e do progresso em outras cidades do país naquele mesmo período.

Nesta perspectiva, mais uma vez em seu livro sobre a América Latina, afirmava Manoel Bomfim:

A história nos mostrará que, nas nacionalidades sul-americanas, antes mesmo de completa a independência, já aparece um partido ‘conservador’, pesando decisivamente sobre a marcha das coisas públicas. Pergunta-se agora: que é que havia então para conservar? [...] *São*

nações, estas, em que tudo está por fazer a começar pela educação política e social das populações. (Bomfim 1993: 165, *grifo nosso*).

Em outro trecho, reafirmando o significado do conceito, dizia:

‘É preciso cortar despesas...’ Por quê? Porque o bom senso tradicional assim o diz. E julgam-se todos dispensados de estudar as coisas, para ver que, por toda a parte, tem sido preciso justamente aumentar as despesas públicas, máxima nos *países novos*, onde as populações crescem mais rapidamente, e *onde tudo está por fazer* (Bomfim 1993: 196, *grifo nosso*).

Em *O Tico-Tico*, primeira revista brasileira dirigida ao público infantil e do qual Bomfim foi um dos idealizadores, o mesmo sentido do conceito de país novo aparece em vários textos de uma seção sugestivamente intitulada “A arte de formar brasileiros”, assinada pelo pseudônimo “Tio José” (Hansen 2008: 45-58). Em um texto dedicado às profissões, para citar apenas um exemplo, dizia:

Convém que os meninos, nossos amiguinhos, se convençam de que a maior desgraça deste país é a preocupação de ter um título, todos querem ser médicos, advogados, engenheiros, militares, ou empregados públicos, e como neste *país*, que é *novos*, com pouca população, sem obras importantes, não pode haver trabalho para tanta gente nestas condições, [...]. Há outras carreiras, igualmente nobres, porque o trabalho é sempre honroso e o homem só merece respeito pelo seu próprio valor e não o cargo ou emprego que tem. *No nosso país, onde tudo está por fazer*, o comércio, a indústria, a lavoura, as artes oferecem campo vasto para quem tiver aptidões, constância, força de vontade, e estiver preparado para a concorrência dos outros.⁷

Também Olavo Bilac, em outro trecho daquele discurso de 1909, confirmava o que passava a significar “país novo”:

o fim da educação não é preparar eruditos frios, nem sábios secos, nem ideólogos impassíveis, indiferentes às lutas sociais: é preparar homens de pensamento e ação, a um tempo compassivos e enérgicos, corajosos e hábeis, capazes de empregar valiosamente em proveito da coletividade todas as forças vivas da sua alma e todo o arsenal de conhecimentos de que os apercebeu o estudo. Em um *país novo* como este, *onde quase tudo ainda está por fazer*, seria absurda e monstruosa a existência de cenobitas do ideal, de anacoretas da ciência, poetas ou filósofos, matemáticos ou artistas, isolados no estudo egoísta, surdos à agitação da existência comum dos homens, insensíveis às sugestões do meio em que vivem. Estudando bem as condições políticas e econômicas da nossa pátria, vereis, meus jovens amigos, que os homens da vossa geração vão receber um honrosíssimo, porém onerosíssimo legado (Bilac 1996: 160, *grifo nosso*).

Finalmente, na conferência intitulada “A Defesa Nacional” realizada no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná em 1916, no contexto da Primeira Grande Guerra, momento em que parece se ter tornado mais aguda a consciência da falta de sentimento nacional e de civismo dos brasileiros entre os intelectuais, Bilac novamente reforçaria aquele signi-

⁷ *O Tico-Tico* 1906, 38, s.p., *grifo nosso*.

ficado do conceito de “país novo”. Desta vez, enfatizando a ameaça que aquela condição representava para a segurança nacional, assim como a urgência de um programa cívico para superar o problema:

A defesa nacional, como a queremos compreender, não está organizada. [...] Se este dever de defesa é imprescindível para as nacionalidades mais bem organizadas, - mais imperiosas e mais urgentes devem ser a sua consciência e a sua necessidade para o Brasil, *país novo*, agitado por um confuso e melindroso labor de formação, pobre de trabalho bem encaminhado, pobre de recursos bem explorados, pobre de instrução primária, profissional e cívica, pobre de coesão, pobre de culto patriótico. Rodeiam-nos perigos externos e internos: e todos eles ameaçam a nossa independência e a nossa unidade. [...]

O que está convulsionando o mundo é o amor da conquista de terras e de mares, o amor da expansão do comércio, o amor do interesse utilitário. E poderemos acreditar que o Brasil, este imenso país de solo fértil e de ricas entranhas, ainda despovoado e desarmado, fique sempre, graças ao acaso, ou ao benefício da Providência Divina, imune de qualquer investida da ambição ou da necessidade comercial? Tal é o perigo externo, próximo ou remoto, sempre possível. O outro perigo, iminente, o interno, é a quebra da unidade: o depauperamento do caráter, o definhamento do patriotismo consciente, a míngua de instrução, o acúmulo dos erros das más administrações, o império das cobiças individuais, e a triste indiferença em que vegeta a maior parte da população. [...]

Ora, não há organismos inferiores ou superiores, individuais ou sociais, incapazes de força, de defesa e de progresso. [...] Para alcançá-lo como? Pela educação metódica e progressiva, pela ginástica física e moral (Bilac 1996: 963-972, *grifo nosso*).

É importante notar, que se um dos componentes da visão edênica é justamente a ausência do trabalho, e Afonso Celso efetivamente explicava a proverbial indolência do brasileiro em função da fertilidade da terra, a construção de uma ética do trabalho, por sua vez, é fundamental para os projetos cívicos que se basearam na concepção do Brasil como um país “em que tudo está por fazer”.

A coexistência destes significados no conceito de país novo reflete algumas das ambiguidades deste conceito que carrega conteúdos semânticos de longa duração, como aqueles legados pela noção de Novo Mundo, e sentidos mais recentes, criados a partir das circunstâncias geradas principalmente pela Abolição e pela República no contexto interno, e pelas exigências de progresso e afirmação nacional, colocadas pelo contexto externo. Circunstâncias estas que levaram parte dos intelectuais brasileiros a crer em sua missão na condução de uma transformação social e política que possibilitasse a formação da nação.

O uso do conceito de “país novo” por Afonso Celso demonstra o conservadorismo e a religiosidade de sua visão ufanista e edênica, na qual a grandeza territorial e as riquezas naturais eram tidas por dádivas divinas, ao mesmo tempo sinalizando o grandioso destino reservado por Deus para o Brasil.

Em contrapartida, ao acrescentar outro significado ao conceito, ressaltando não o que estava dado, mas o muito que ainda estava por fazer, intelectuais da Primeira República que defenderam a educação como meio de realizar o suposto e esperado, mas não inexorável, destino grandioso do país, afirmaram a importância fundamental de seus projetos para a formação de brasileiros, os quais, a partir dessa inflexão semântica, apresentaram-se como condição para a grandeza futura do país e, principalmente, para a constituição de uma nação republicana.

Referências bibliográficas

- Bilac, Olavo (1996): *Obra reunida*. (Organizado por Alexei Bueno.) Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- Bomfim, Manoel (1993): *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks (4. ed.).
- Bueno, Alexei (org.) (1996): *Olavo Bilac: obra reunida*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- Cândido, Antônio (1987): *A Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática.
- Carvalho, José Murilo de (1990): *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Celso, Affonso (1901): *Porque me ufano do meu país*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores (2. ed.).
- Dimas, Antônio (1994): “A encruzilhada do fim do século”. Em: Pizarro, Ana (ed.): *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura. Vol. 2. A Emancipação do Discurso*. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, pp. 535-574.
- Feres Jr., João (2005): *A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. Bauru, São Paulo: EDUSC.
- Hansen, Patricia Santos (2007): *Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. São Paulo: FFLCH/USP. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12022008-111516/>> (15.12.2011).
- (2008): “‘A arte de formar brasileiros’: um programa de educação cívica nas páginas da revista O Tico-Tico”. Em: Magaldi, Ana Maria Bandeira de Mello/Xavier, Libânia Nassif (eds.): *Impressos e História da Educação: usos e destinos*. Rio de Janeiro: 7 Letras, pp. 45-58.
- Holanda, Sérgio Buarque de (2000): *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Jasmin, Marcelo Gantus/Feres Júnior, João (eds.) (2006): *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ.
- Koselleck, Reinhart (1985): *Futures Past. On the Semantics of Historical Time*. Cambridge, Mass./London: The MIT Press.
- Lima, Herman (1963): *História da Caricatura no Brasil*. 1.º volume. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- Peixoto, Afrânio (1916): *Minha terra e minha gente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Lisboa/Paris: Aillaud e Bertrand.
- Sevcenko, Nicolau (2003): *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras (2ª ed.).
- Stepan, Nancy Leys (2005): *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Torres, Alberto (1914): *A Organização Nacional. Primeira parte. A Constituição*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Varnhagen, Francisco Adolfo de (1850): *Memorial organico em que se insiste a adopçam de medidas de maior transcendencia para o Brasil*. 2ª parte. Madrid: Impr. da viuva de D. R. J. Domínguez.
- Velloso, Mônica Pimenta (2003): “Em busca da identidade nacional: diferentes expressões do moderno e da brasilidade”. Em: Magaldi, Ana Maria/Alves, Claudia/Gondra, José Gonçalves (orgs): *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista, EDUSF, pp. 349-374.